

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E ITALIANA PARA O BRASIL – UMA ANÁLISE COMPARATIVA (1876-1974)

*Fernando de Sousa
Isilda Monteiro*

Introdução

O desconhecimento sobre a dimensão, especificidades e importância da emigração portuguesa para o Brasil que, no final do século XX, historiadores de um e de outro lado do Oceano salientavam, chamando a atenção para a necessidade de colmatar essa lacuna, contribuíram para uma aposta decisiva nessa área de investigação. Em Portugal e no Brasil multiplicaram-se os estudos académicos, os projectos de investigação, os encontros de cariz científico que permitiram, em pouco mais de quinze anos, redireccionar perspectivas, reanalisar problemáticas, encontrar novas metodologias e fontes documentais que permitiram dar contornos mais precisos para uma emigração/imigração de forte impacto demográfico, social, económico e cultural em ambos os países.

Nesse sentido, tornou-se primordial fazer um levantamento da informação quantitativa coligida no âmbito da acção controladora exercida quer pelo Estado português quer brasileiro, que permitisse conhecer de forma mais concreta os números do fenómeno e/imigratório. Uma informação a necessitar de uma análise cuidadosa quanto aos objectivos e à forma como os dados quantitativos foram obtidos, para avaliar da sua fiabilidade e da sua representatividade global. Foi o que fez, para Portugal, num trabalho publicado em 1987, Costa Leite, relativamente ao período de 1855 a 1914, a partir dos dados semioficiais recolhidos por Rodrigues de Freitas para os anos de 1855 a 1865¹, confirmados em parte pelo *Inquérito Parlamentar*² de 1873, e, após 1866, dos números oficiais fornecidos pelos governos civis com base no registo de passaportes registados nos *Anuários Estatísticos*³. No âmbito da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, publicou-se igualmente,

¹ FREITAS, 1867.

² *Primeiro Inquérito parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873. Lisboa: Imprensa Nacional.

³ *Anuário Estatístico de Portugal*...

em 1987, uma estatística detalhada sobre os portugueses no mundo⁴, que Eulália Lobo utiliza na sua obra editada em 1994, *Portugueses em Brazil en el siglo XX*, para o período de 1900 a 1974⁵. A emigração portuguesa começava a ganhar, assim, uma dimensão quantitativa que, sem resolver obviamente todas as questões em aberto em torno dessa temática, permitia construir novas premissas para a sua problematização e análise. Na realidade, e como referiu Costa Leite, pondo fim a uma desconfiança sempre latente na investigação desenvolvida sobre esta questão, as estatísticas sobre a emigração portuguesa “constituem uma expressão numérica adequada da emigração e merecem grande confiança, sobretudo como expressão das variações de longo prazo do fenómeno”⁶, apesar de, como se sabe, uma parte certamente não despicienda se poder fazer clandestinamente e, como tal, não poder ser quantificada.

Neste estudo, e no âmbito do projecto conjunto que está a ser desenvolvido entre o CEPESE e o CNR, *A Emigração Portuguesa e Italiana para o Brasil durante o século XIX e XX. Perspectivas demográficas e sociais*, procuraremos fazer uma análise comparativa das realidades migratórias de ambos os países. Estando já publicados os números da emigração italiana não só ao nível dos valores globais como daquela que se destinou ao Brasil, faltava completar os da emigração portuguesa que, como vimos atrás, estavam já em grande parte coligidos e sistematizados. Dentro do âmbito cronológico definido para o presente estudo, alargamos, com um pequeno ajustamento devidamente identificado e justificado em nota ao quadro n.º 1, a série de 1880 a 1899, tendo, com base a consulta dos *Anuários Estatísticos de Portugal*, e as estatísticas já publicadas de 1900 até 1974, após correcção de pequenas gralhas. Importante para aferirmos da representatividade dos números coligidos face ao fenómeno migratório português, sobretudo tendo em conta a existência de uma emigração clandestina cuja dimensão a documentação portuguesa não permite quantificar, fizemos também o levantamento das estatísticas brasileiras relativamente aos imigrantes portugueses no Brasil. A sistematização dos dados quantitativos obtidos foi feita num quadro (quadro n.º 1) que se inclui em anexo e que nos permitirá, neste estudo, apresentar, num primeiro ponto, as grandes linhas da emigração portuguesa para o Brasil, e analisar comparativamente a emigração portuguesa e italiana com destino a esse país da América Latina, entre 1876 e 1974.

⁴ “Os Portugueses no Mundo”, 1987: 27-42.

⁵ LOBO, 1994: 271-274.

⁶ LEITE, 1987: 477.

1. A emigração portuguesa para o Brasil à luz dos números de um e de outro lado do Oceano

Num primeiro olhar sobre a longa série estatística apresentada no quadro n.º 1, ressaltam os valores globais que permitem dimensionar quantitativamente a emigração como fenómeno marcante da sociedade portuguesa nos séculos XIX e XX. Segundo as fontes portuguesas, em quase cem anos, entre 1876 e 1974, terão emigrado 3 055 654 cidadãos residentes no continente e nas ilhas, 1 588 346 com destino ao Brasil, ou seja, um pouco mais de 50% do total. Entre 1880 e o início da Primeira Guerra Mundial, num período de 34 anos, um pouco mais de 836 000 portugueses terão emigrado para o Brasil, o que corresponde a 27,4% do valor global. Nos 45 anos seguintes, entre 1915 e 1959, período marcado a nível mundial pela Grande Depressão e pela deflagração do segundo conflito mundial, esse número, embora mantendo-se ainda elevado, baixa para os quase 700 000. A saída de emigrantes portugueses, embora deva ser inserida nas grandes migrações intercontinentais que afectaram toda a Europa, não deixou de assumir, como se pode verificar, uma expressão significativa em Portugal, especialmente se a considerarmos em relação aos valores globais da população do país que, no início da década de sessenta do século XIX, se situava, apenas, nos 4 000 000⁷, na viragem do século, não chegava a 5 500 000⁸, e duas décadas depois, em 1921, atingia os 6 000 000⁹.

O Brasil foi, neste contexto, o destino preferencial da emigração portuguesa, prolongando uma corrente com fortes raízes, especialmente na região Norte de Portugal que, desde pelo menos o século XVII, viu muita da sua população cruzar o Atlântico. Após a independência do Brasil, assumindo agora a dimensão de uma efectiva emigração, as saídas para este território registaram volumes quantitativos cada vez mais expressivos, ajudando a engrossar as estatísticas oficiais do Estado português e tornando-se num dos factores responsáveis e determinantes para o debate que a partir de então suscitou. Na verdade, a emigração portuguesa para aquele país foi vista na época, especialmente pelo Estado e pelas elites intelectuais portuguesas, como um fenómeno negativo que importava reprimir, mas cujas contrapartidas financeiras, decorrentes do envio das remessas, paradoxalmente, se reconhecia serem essenciais para o país. Na prática, desta situação resultava uma falta de vontade política de, efectiva e eficazmente, conter o fluxo emigratório. De uma forma geral, e contrariando o que durante muito tempo foi defendido, a política emigratória portuguesa não foi restritiva, embora o Estrado tivesse procurado sempre, através de sucessivos

⁷ Em 1862 era de 4 110 276 (*Anuário Estatístico de Portugal*, 1875: 139-140).

⁸ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1900: 2.

⁹ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1921: 10.

diplomas legislativos, assumir um forte controle administrativo¹⁰, tendo em vista, sobretudo, a necessidade de assegurar a renovação de homens nas fileiras, sempre pouco atractivas, do exército.

Contudo, tendo em conta que as estatísticas portuguesas assentam na contagem dos que, nos governos civis do continente e das ilhas, cumpriram a determinação legal de obter um passaporte para poderem sair do país, deixando de fora a emigração clandestina¹¹, cujo peso no valor global do fenómeno emigratório se desconhece, torna-se necessário apurar e analisar os valores constantes das estatísticas dos imigrantes portugueses na sua chegada ao Brasil. Se, para a elaboração do quadro n.º 1 (ver Anexo) a obtenção dos dados quantitativos foi relativamente fácil, graças ao trabalho publicado, em 1974, por Maria Stella Levy, onde esta procura analisar o contributo da imigração para a evolução demográfica do Brasil, entre 1872 e 1972¹², completados para os anos de 1972 a 1974 com a consulta do *Anuário Estatístico do Brasil*¹³, o mesmo não se poderá dizer quanto à análise da sua representatividade. Na realidade, como já fora constatado, em 1929, por Walter Willcox, a contabilização do número de emigrantes no Brasil, antes de 1898, feita nos portos pela Inspeção Geral das Terras e Colonização, mais tarde substituída pelo Departamento de Estatística do Rio de Janeiro, contemplava apenas os emigrantes que viajavam nos navios em 3.ª classe¹⁴. Com uma agravante. Até 1883 incidiu, apenas, sobre os imigrantes que aportavam no Rio de Janeiro, passando, só após 1888, a abarcar os portos de Santos e Vitória¹⁵. A partir de 1908, as estatísticas da imigração no Brasil, publicadas, no primeiro número do *Anuário Estatístico*¹⁶, em 1916, aperfeiçoam-se e apresentam uma informação mais detalhada relativamente ao país de origem dos emigrantes, passando a incluir, pelo menos desde 1921, todos os que viajavam em 2.ª e 3.ª classes e chegavam a outros portos que não apenas o Rio de Janeiro, como Belém, Recife, São Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Florianópolis, Rio Grande e Cuiabá¹⁷. Torna-se assim perceptível que a malha pouco apertada do registo brasileiro da imigração, para além de não apanhar, conforme se esperaria, uma parte significativa dos que clandestinamente, muitos deles através dos portos espanhóis, deixaria certamente passar muitos outros devidamente documentados. Uma situação facilitada, no caso dos imigrantes portugueses, pelo facto de falarem a mesma língua do país de acolhimento e

¹⁰ LEITE, 1987, 465.

¹¹ Existem dois tipos de clandestinos – os indocumentados, que escapam completamente a qualquer tipo de contabilização, e os documentados. Neste caso, o emigrante iludia as autoridades e partia utilizando um passaporte com uma identidade que não era a sua, ficando, por isso, registado (Ver LEITE, 1987: 469).

¹² LEVY, 1974.

¹³ *Anuário Estatístico do Brasil*, 1973-1974.

¹⁴ WILLCOX, 1929: 548.

¹⁵ LEITE, 1987: 474.

¹⁶ *Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912...

¹⁷ WILLCOX, 1929: 548.

de muitos deles partirem com a segurança de serem aguardados por familiares e conterrâneos, já residentes no Brasil, que facilitando-lhes a inserção na sociedade brasileira, os tornava, naturalmente, menos dependentes dos mecanismos oficiais de recepção e, por isso, menos referenciáveis pelas autoridades locais¹⁸.

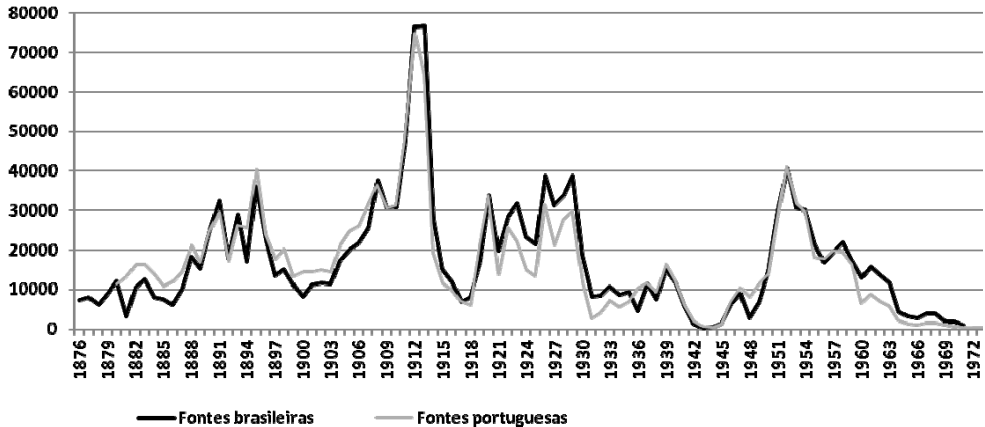
Da constatação de todas estas limitações e fragilidades que, compreensivelmente, com o passar dos anos, se foram alterando e corrigindo com o aperfeiçoamento dos meios técnicos e da organização administrativa brasileira, permitindo nomeadamente a publicação do *Anuário Estatístico* a partir de 1916, resulta inevitavelmente, por um lado, uma diminuição da representatividade dos valores coligidos no Brasil, e, por outro, um reforço da representatividade das estatísticas portuguesas. Contrariamente ao que se dizia, estas, ao assentarem, ao longo de grande parte do período considerado no presente estudo, no registo de passaportes emitidos pelos governos civis (a partir de 1921 passam a ser contabilizados sobre as listas de passageiros que não viajavam em primeira classe), e apesar de apresentarem, inevitavelmente, algumas limitações que obrigam a conhecer bem o enquadramento legal que lhe dá forma, partem de critérios claros, seguros e, apesar de alguns ajustamentos legislativos, sem grandes alterações ao longo do tempo¹⁹. Na realidade, o cumprimento da formalidade legal da obtenção de um passaporte para todos os que pretendiam sair do país (a partir da Lei de 25 de Abril de 1907 continua a ser obrigatório apenas para os que viajariam nos paquetes transatlânticos em 3.^a classe) que Portugal persistentemente manteve, quando outros países europeus igualmente marcados pelo fenómeno emigratório, dispensaram, são hoje, claramente, uma mais-valia para o estudo da emigração portuguesa.

A análise comparativa dos valores anuais da emigração portuguesa no Brasil fornecidos pelas estatísticas portuguesas e brasileiras, entre 1876 e 1974, permite-nos compreender, à luz do que foi dito atrás, o que parecia ser impensável – os números da imigração brasileira são inferiores, nalguns casos mesmo muito inferiores, como acontece nos anos de 1881 (em 9 409 imigrantes), 1900 (em 6 243 imigrantes), 1936 (em 5 844 imigrantes) e 1948 (em 6 019 imigrantes), aos coligidos pelas autoridades portuguesas. Há períodos em que, reflexo certamente de uma maior incapacidade institucional e/ou maior desinteresse no controle efectivo dos que entravam no país, se sucedem os anos em que essa situação se verifica de forma sistemática, com particular incidência para o final de Oitocentos e início de Novecentos. É o caso dos períodos de 1881-1889, 1897-1907 e, um pouco mais tarde, no pós-Segunda Guerra Mundial, de 1947 a 1949 (gráfico n.º 1).

¹⁸ SCOTT, 2000.

¹⁹ LEITE, 1987: 474.

Gráfico n.º 1
A emigração portuguesa para o Brasil segundo as fontes portuguesas e brasileiras (1876-1974)



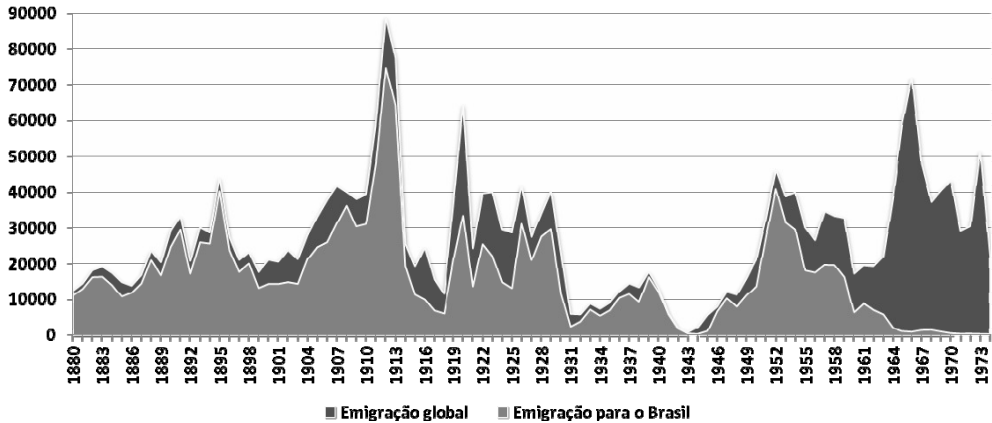
Relativamente aos anos em que os números brasileiros da imigração superam significativamente os apresentados pelas estatísticas portuguesas, com diferenças acentuadas que podem superar os 10 000 imigrantes, destacam-se os anos de 1913-1914 e a década de 1921 a 1931, passando a acontecer praticamente de forma repetida, após 1950, embora envolvendo valores sempre inferiores a 7 000 imigrantes. Apesar de menos frequente, há anos em que os valores brasileiros e portugueses se aproximam, tornando-se quase coincidentes como se verifica em 1909, 1917, 1920, 1937, 1940-1942, 1945, 1946 e 1957. Contudo, mais ou menos próximos – a diferença entre o valor global da imigração portuguesa no Brasil e a emigração portuguesa para o Brasil é de apenas de mais 60 241 pessoas para a primeira –, a comparação dos números das estatísticas migratórias dos dois países, para os anos de 1876 e 1974, demonstra o que já tinha sido apontado para os anos de 1890 a 1914²⁰ – a clara coincidência das flutuações temporárias num e noutro lado do Oceano. Um facto que reforça a validade da análise quantitativa da emigração portuguesa para o Brasil entre os finais do século XIX e o início da segunda década do século XX.

É um facto que Portugal foi até muito recentemente, um país de emigração – o número de três milhões de portugueses que emigraram entre 1876 e 1974 demonstra-o claramente. O Brasil, também o sabemos, foi o destino preferencial dos que do Continente e das Ilhas procuraram no exterior do país a resposta para as suas expectativas de vida e de trabalho, pese embora a possibilidade de alguns deles terem depois tentado novos destinos não se fixando, por isso, nesse território. Entre 1876 e

²⁰ LEITE, 1987: 475,

1898, uma e outra praticamente justapõem-se, representando as saídas para o Brasil, com percentagens superiores a 80% do valor total (gráfico n.º 2).

Gráfico n.º 2
A evolução da emigração portuguesa global e com destino ao Brasil (1876-1974)



Após ter passado, pela primeira vez, em 1888, a fasquia dos vinte mil emigrantes, os números vão crescer de forma significativa, tornando a emigração para o Brasil demasiado visível para poder ser “esquecida” pela retórica política produzida em Portugal aos mais diversos níveis, alargando-se o debate, nomeadamente na imprensa, em torno dessa questão. Em 1895, situa-se já acima dos 40 000 portugueses os que abandonam o país – dos quais mais de 37 000 com destino ao Brasil. Se em Portugal as razões para se partir parecem não faltar – falta de oportunidades para os que tinham maiores ambições profissionais, falta de trabalho numa agricultura atrasada e pouco produtiva, agravada na região do Douro pela praga da filoxera que afecta a produção vinícola – a única que alimentava a exportação, entre outras –, no Brasil abundavam as ofertas para uma vida melhor. Apesar da crise que, neste final do século XIX, se fazia sentir na produção açucareira no nordeste e do algodão do Maranhão²¹, o sucesso da produção de café permitia o desenvolvimento das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, preenchia os sonhos da maioria dos portugueses para quem, como tem sido sublinhado em vários estudos, o exercício de uma actividade comercial era o objectivo a atingir.

Com a viragem do século – em 1900 dos 21 227 portugueses que optaram pela emigração, 14 493, ou seja, 68,3% pretendem fixar-se no Brasil –, a diversificação dos destinos escolhidos pelos emigrantes portugueses acentua-se, sem contudo, esbater a preponderância desse país à época, apostado em atrair mão-de-obra estrangeira.

²¹ LOBO, 1994: 26-27.

Uma preponderância que se mantém até ao início da Primeira Guerra Mundial, em 1914 – com valores percentuais entre os 68,3% em 1900 e os 90,6% em 1908. Em 1912, dois anos passados sobre a implantação da República em Portugal, verifica-se o número mais elevado de toda a série, até ao final da primeira metade do século XX – dos 88 920 portugueses que saíram do país, 74 860 (84,2%) vão tentar a sua sorte no Brasil (valores superiores a este só se irão verificar, na década de 1960, quando, sob o regime do Estado Novo e uma guerra colonial com grandes custos humanos, económicos, políticos e diplomáticos a decorrer em três frentes de combate africanas, muitos portugueses, apesar das restrições, decidiram viver longe do seu país; em 1966, as estatísticas referem a saída de mais de 120 000 emigrantes, e, no ano seguinte, em 1967, de mais de 90 000). Entre 1915 e 1917, a queda acentua-se. Os valores globais da emigração descem, mas cai, sobretudo, a que se destina ao Brasil que, pela primeira vez, se situa abaixo dos 50% (ver gráfico n.º 2). Com uma ligeira recuperação nos anos seguintes. O poder atractivo do Brasil volta a fazer-se sentir, em força, nos anos anteriores ao início da crise financeira e económica que vai abalar todo o mundo – 1929-1930 – para esmorecer definitivamente. É o fim de um ciclo.

Entre 1930 e 1959, embora já apresentando valores globais anuais frequentemente abaixo dos 10 000 emigrantes portugueses – com excepção dos anos de 1939 a 1942, em pleno conflito mundial, quando se verifica que, em cada um dos três anos, são mais de 90% os emigrantes portugueses que demandaram terras brasileiras, e de 1944, quando se atinge o valor percentual mais baixo de toda a série, 14,1%, correspondente a apenas 341 dos 2 424 emigrantes que abandonam o seu país – as linhas de evolução da emigração portuguesa global e da emigração para o Brasil voltam a aproximar-se, embora de uma forma inconstante, reflectindo as dificuldades da conjuntura económica dessa época. Afastam-se de novo, irreversivelmente, no âmbito do período cronológico considerado neste estudo, a partir de 1959. Enquanto, na primeira parte da década de 1960, os números globais da emigração portuguesa sobem progressivamente, até atingir o pico mais elevado em 1966, ano em que, como referimos atrás, emigraram 120 239 portugueses, na segunda parte, e até 1971, verifica-se uma descida, também ela progressiva. Aos mais de 92 mil emigrantes registados em 1967, sucedem-se os cerca de 50 mil em 1971, para logo de seguida, reflexo da situação económica e política do País, se verificar uma recuperação em 1972 (54 084 emigrantes), acentuada em 1973 (79 517 emigrantes). Uma recuperação que a revolução de 25 de Abril de 1974 vai inverter. Quanto ao Brasil, a linha evolutiva marca uma descida contínua, com uma quebra abrupta em 1963 – destino de mais de 29% dos emigrantes portugueses – e 1964, ano em que apenas 8,9% procuram esse país para trabalhar. Até 1974, o refluxo da emigração portuguesa no Brasil acentua-se e os valores não param de descer, até se reduzir aos 729 emigrantes. O tempo era, cada vez mais e desde o final da Segunda Guerra Mundial, a da emigração para a Europa. O mito do El Dorado

durante tanto tempo acalentado com a emigração para o Brasil deixou de ter lugar na sociedade portuguesa da segunda metade do século XX.

2. A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa

Países localizados no sul da Europa, Portugal e Itália sentiram, na segunda metade do século XIX e ao longo do século XX, os impactos sociais, económicos e culturais da emigração. Com um percurso histórico e uma dimensão geográfica e demográfica muito distinta, a Itália também viu partir a sua população em busca de melhores condições de vida e melhores oportunidades de trabalho que a industrialização tardia não conseguia oferecer. Tal como em Portugal, uma parte dela fez do Brasil o seu destino.

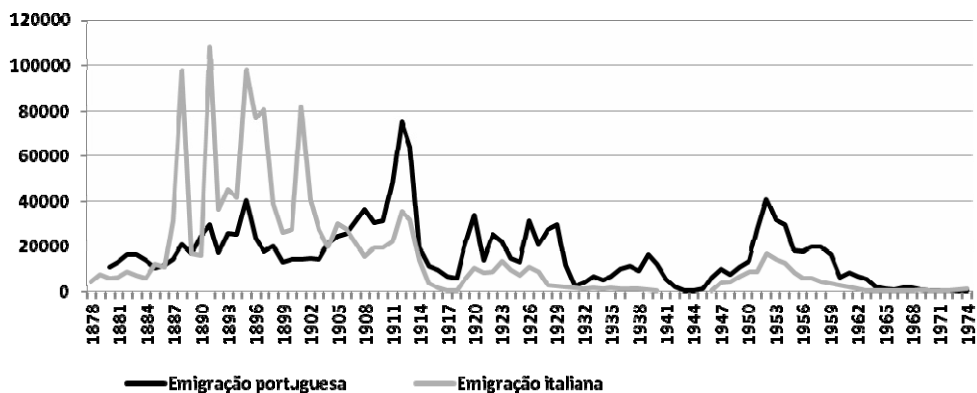
As estatísticas sobre a emigração portuguesa e italiana (ver anexo, quadro n.º 1), permitem-nos verificar de uma forma muito clara aquilo que de antemão já sabíamos – a diferença de grandeza dos números envolvidos. Enquanto em Portugal, entre 1876 e 1974, emigraram 3 000 000 de cidadãos, em igual período, em Itália, emigraram um pouco mais de 25 000 000, dos quais cerca de milhão e meio entre 1870 e 1920 o que corresponde a 42% da imigração brasileira nesse período²². O universo populacional a que se reporta este valor é bem diferente do que existia, em igual período, em Portugal. Na década de sessenta do século XIX, em Itália viviam cerca de 25 000 000 de pessoas, em 1900 já seriam 32 000 000 e, no início da década de 1920, mais de 38 000 000 habitantes (lembremos que em Portugal, em 1921, se tinha atingido os 6 000 000). Além disso, a leitura das estatísticas permite-nos, também, de imediato, apreender um outro facto a reter – o Brasil, não foi, a não ser em momentos muito pontuais, o destino preferencial dos italianos. Embora os valores absolutos sejam frequentemente superiores aos da emigração portuguesa para esse país sul-americano, os valores percentuais mostram que apenas entre 1888 e 1897, há anos (1888, 1891, 1895, 1896 e 1897) em que o número de emigrantes italianos que optaram por viver em terras brasileiras relativamente ao da emigração global nesse ano, é superior a 20%, atingindo – valor mais elevado de toda a série – os 36,9% (108 414 emigrantes) em 1888. Na realidade, uma observação mais atenta permite-nos verificar que, na generalidade dos anos, o valor percentual não chega aos 10%, situando-se frequentemente abaixo dos 5%. Dados que evidenciam com clareza o carácter episódico da emigração italiana para o Brasil que, de uma forma geral, sempre se sentiu mais atraída pela Argentina. Nos séculos XIX e XX, os italianos emigraram massivamente para esse país sul-americano, apenas diminuindo a corrente entre o final de Oitocentos

²² ALVIM, 2000: 385.

e o pós-Primeira Guerra Mundial, atraídos pelos Estados Unidos da América²³, para logo a retomar de seguida.

O gráfico n.º 3, elaborado com base nas referidas estatísticas, demonstra com grande acuidade que, embora os números da emigração, num e noutro país, apresentem ordens distintas de grandeza, exibem linhas de evolução geralmente paralelas. Refletindo, no entanto, a adopção de diferentes políticas emigratórias que condicionaram a evolução da emigração nos dois países, verifica-se a existência, entre 1885 e 1906 de uma clara supremacia numérica da emigração italiana para o Brasil sobre a emigração portuguesa – que ocupava, à distância, o 2.º lugar no valor global da imigração brasileira²⁴ –, posição que claramente se inverte, no período subsequente. Observemos.

Gráfico n.º 3
A emigração portuguesa e italiana para o Brasil (1878-1974)



Num paralelismo quase perfeito, a Itália e Portugal apresentam, até 1906, os mesmos picos de subida e de descida dos seus fluxos emigratórios para o Brasil. Assim, entre os primeiros, podemos assinalar os anos de 1888, 1891, 1895, 1901 e, já numa fase de relativo declínio, o de 1905. Relativamente aos segundos, destacam-se os anos de 1889, 1892 e 1899. Vivia-se então, a fase áurea da emigração para o Brasil, então fortemente empenhado na captação de mão-de-obra estrangeira que viesse responder eficazmente às necessidades de uma economia em desenvolvimento e que se vira obrigado, mercê de circunstâncias várias, a pôr um fim definitivo à escravatura. Uma emigração em massa que, claramente, vai conhecer algumas dificuldades na viragem do século, verificando-se uma diminuição do número de emigrantes de um e outro país. É neste período que, pela primeira vez, a linha evolutiva da emigração

²³ BERNASCONI, 2000: 61.

²⁴ TRENTO, 1989: 18.

italiana e portuguesa para o Brasil evidencia as diferentes opções políticas dos dois países relativamente a esta questão. Enquanto o Estado português procura controlar, sem impor restrições de grande impacto junto da população, em Itália, o decreto Pri-netti, datado de 1902, proibiu a emigração subvencionada para o Brasil. Os seus efeitos vão-se prolongar no tempo. O refluxo da emigração italiana para o Brasil torna-se evidente. Assim, enquanto nos primeiros anos de Novecentos, a emigração portuguesa conhece uma acentuada recuperação face aos anos de 1899 a 1903, a emigração italiana cai para valores muito baixos. Em 1908, por exemplo, enquanto o registo italiano apresenta o número de 15 500 emigrantes, Portugal aponta o de 36 362 (que corresponde a mais de 90% da emigração portuguesa nesse ano). Embora venha a recuperar um pouco, nos anos imediatamente anteriores ao primeiro conflito mundial (acompanhando mais uma vez a tendência da emigração portuguesa), a emigração italiana nunca mais voltará a ter a dimensão atingida nas últimas décadas do século XIX. Para os italianos, o Brasil tornou-se um destino de menor importância, face às possibilidades oferecidas pelos Estados Unidos da América e pela Argentina, e, após a Segunda Guerra Mundial, tal como aconteceu em Portugal, pela Europa.

Seja como for, e para surpresa de muitos, o que importa sublinhar é que, apesar da desproporção evidente entre Portugal e a Itália sob o ponto de vista demográfico, a emigração portuguesa para o Brasil, em números globais, entre 1876-1974, excede a emigração italiana – 1 453 776 –, quer se tenham em consideração as fontes portuguesas, quer as brasileiras, para os portugueses – respectivamente, 1 648 587 e 1 588 346.

Conclusão

A análise estatística é primordial para, de forma consistente, se poder traçar o quadro evolutivo da emigração e, dessa forma, ser-se menos permeável às imagens impressivas que a documentação não estatística – discurso político, imprensa ou de outro tipo –, na generalidade dos casos faz passar. Pela forte dimensão humana e social de que se reveste, o fenómeno emigratório não deixa, na época, ninguém indiferente, mesmo quando não o tenha vivido directamente, fazendo com que os sentimentos interfiram inevitavelmente na avaliação da realidade, acentuando a subjectividade. Contudo, não é menos verdade que aos números que as estatísticas avançam correspondem rostos, expectativas, percursos de vida que é importante conhecer.

O Brasil foi o destino de muitos europeus que, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, optaram por abandonar os seus países em busca de melhores condições de vida. Apresentando-se como a terra das oportunidades, este país da América do Sul vai atrair os emigrantes italianos e portugueses, embora só para estes últimos, devido a uma história e uma língua comum, tenha sido, compreensivelmente o destino preferencial.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Anuário Estatístico de Portugal*, 1875, 1884-1886; 1900-1914. Lisboa: Imprensa Nacional/INE.
- Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912-1975. Secretaria do Planejamento da Presidência da República/Fundação do Instituto de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.
- Primeiro Inquérito parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, 1873. Lisboa: Imprensa Nacional.

Bibliografia

- “Os Portugueses no Mundo”, 1987. *Migrações Cadernos*. Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas.
- ALVIM, Zuleika Maria – “O Brasil italiano (1880-1920)”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América* (2.^a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- BERNASCONI, Alicia, 2000 – “Imigrantes italianos na Argentina (1880-1890): uma aproximação”, in FAUSTO, Boris (org.) – *Fazer a América* (2.^a ed.). São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo.
- FREITAS, J. J. Rodrigues de, 1867 – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul Dupont.
- LEITE, J. Costa Leite, 1987 – “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*. vol. XXIII (97), 3.^o. Lisboa: ICS.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, 1974 – “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)”. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer, 1994 – *Portugueses em Brasil en el siglo XX*. Madrid: Editorial Mapfre.
- MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (orgs.), 2008 – *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, SP: Edusc.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima (org.), 2006 – *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Niterói, RJ: Muiraquitã.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.), 2007 – *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda (org.), 2009 – *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPES/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; JUNIOR, Antonio Otaviano Vieira; CANCELA, Cristina Donza (orgs.), 2010 – *Entre Mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.
- TRENTO, Angelo, 1989 – *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel.

WILLCOX, Walter F., 1929 – *International Migrations*, vol. I. New York: National Bureau of Economic Research.

Anexo

Quadro n.º 1
Quadro comparativo da emigração
portuguesa e italiana para o Brasil (1876-1974)

Anos	Emigração portuguesa				Emigração italiana		
	Fontes brasileiras	Para o Brasil		Total	Para o Brasil		Total
		Fontes portuguesas			Valores absolutos	% da emigração total	
1876	7 421	-----		11 035	-----		108771
1877	7 965	-----		11 057	-----		99213
1878	6 236			9 926	4 533	4,7	96 268
1879	8 841			13 211	7 999	6,7	119 831
1880	12 101	(10 751)	85,3	12 597	6 080	5,1	119 901
1881	3 144	(12 553)	85,8	14 637	6 766	5,0	135 832
1882	10 621	(15 595)	85,3	18 272	9 074	5,6	161 562
1883	12 509	(15 708)	81,6	19 251	7 590	4,5	169 101
1884	8 683	(13 502)	77,1	17 518	6 116	4,2	147 017
1885	7 611	(10 431)	69,5	15 004	12 311	7,8	157 193
1886	6 287	(11 474)	82,0	13 998	11 334	6,8	167 829
1887	10 205	(13 952)	82,1	16 992	31 445	14,6	215 665
1888	18 289	(20 198)	84,2	23 981	97 730	33,6	290 736
1889	15 240	(16 108)	78,1	20 614	16 953	7,8	218 412
1890	25 174	(23 793)	80,9	29 427	16 233	7,5	215 854
1891	32 349	(27 856)	82,9	33 585	108 414	36,9	293 631
1892	17 797	17321	82,2	21 074	36 448	16,3	223 667
1893	28 986	(25 370)	83,5	30 383	45 324	18,4	246 751
1894	17 041	(24 056)	83,0	28 993	41 628	18,5	225 323
1895	36 055	(37 158)	83,8	44 350	98 090	33,5	293 181
1896	22 299	(23 047)	83,3	27 680	76 665	24,9	307 482
1897	13 558	(17 213)	80,6	21 344	80 984	27,0	299 855
1898	15 105	(18 870)	79,9	23 604	38 659	13,6	283 715
1899	10 989	(13 958)	78,5	17 774	26 574	8,6	308 339
1900	8 250	14 493	68,3	21 235	27 438	7,8	352 782
1901	11 261	14 489	70,2	20 646	82 159	15,4	533 245
1902	11 606	15 003	62,1	24 170	40 434	7,6	531 509
1903	11 378	14 527	67,2	21 611	27 707	5,5	507 976
1904	17 318	21 448	75,8	28 304	19 724	4,2	471 191
1905	20 181	24 815	73,8	33 610	30 079	4,1	726 331
1906	21 706	26 147	68,6	38 093	27 808	3,5	787 977
1907	25 681	31 482	75,0	41 950	21 298	3,0	704 675
1908	37 628	36 362	90,6	40 145	15 558	3,2	486 674
1909	30 577	30 580	80,0	38 223	19 263	3,1	625 637
1910	30 857	31 289	79,2	39 515	19 331	3,0	651 475
1911	47 493	48 202	80,8	59 661	22 287	4,2	533 844

(Continuação do Quadro n.º 1)

Anos	Emigração portuguesa				Emigração italiana			
	Para o Brasil				Para o Brasil			
	Fontes brasileiras	Fontes portuguesas		Total	Valores absolutos	% da emigração total	Total	
		Valores absolutos	% da emigração do total					
1912	76 530	74 860	84,2	88 929	35 562	5,0	711 446	
1913	76 701	64 407	83,0	77 645	31 952	3,7	872 598	
1914	27 935	19 334	75,1	25 730	14 017	2,9	479 152	
1915	15 118	11 438	59,2	19 314	3 604	2,5	146 019	
1916	11 981	10 002	40,2	24 897	1 524	1,1	142 364	
1917	6 817	6 935	43,8	15 825	426	0,9	46 496	
1918	7 981	6 107	51,5	11 853	361	1,3	28 311	
1919	17 068	21 228	57,2	37 138	5 588	2,2	253 224	
1920	33 883	33 651	51,9	64 783	10 563	1,7	614 611	
1921	19 981	13 837	56,5	24 507	8 587	4,3	201 291	
1922	28 622	25 630	64,4	39 795	9 275	3,3	281 270	
1923	31 866	22 272	55,4	40 171	13 574	3,5	389 957	
1924	23 267	14 964	50,4	29 710	9 723	2,7	364 614	
1925	31 508	13 288	58,1	22 884	7 367	2,6	280 081	
1926	38 791	31 339	74,5	42 067	11 180	4,3	262 396	
1927	31 236	21 153	76,4	27 674	9 197	4,2	218 934	
1928	33 882	27 728	80,8	34 297	2 984	2,1	140 856	
1929	38 879	29 792	73,8	40 361	2 634	1,5	174 802	
1930	18 740	11 834	51,0	23 196	2 037	0,9	236 438	
1931	8 152	2 541	42,1	6 033	1 518	0,9	165 860	
1932	8 499	3 960	67,0	5 909	1 258	1,5	83 348	
1933	10 695	7 202	80,9	8 905	1 543	1,9	83 064	
1934	8 732	5 517	73,8	7 472	1 431	2,1	68 461	
1935	9 327	6 917	75,7	9 140	1 705	3,0	57 408	
1936	4 626	10 470	83,9	12 484	1 320	3,2	41 710	
1937	11 417	11 613	79,2	14 667	1 349	2,3	59 945	
1938	7 435	9 314	68,4	13 609	1 122	1,8	61 548	
1939	15 120	16 322	91,7	17 807	1 024	3,5	29 489	
1940	11 737	12 260	92,7	13 226	226	0,4	51 817	
1941	5 777	5 891	94,1	6 260	-----	0,0	8 809	
1942	1 317	1 926	87,0	2 214	-----	-----	8 245	
1943	146	502	56,2	893	-----	-----	-----	
1944	419	341	14,1	2 424	-----	-----	-----	
1945	1 414	1 206	20,3	5 938	-----	-----	-----	
1946	6 342	6 955	84,0	8 275	603	0,5	110 286	
1947	8 921	10 875	84,7	12 838	4 137	1,6	254 144	
1948	2 751	8 770	71,1	12 343	4 697	1,2	385 515	
1949	6 780	11 974	69,2	17 296	6 949	2,7	254 469	
1950	14 739	14 143	64,6	21 892	8 980	4,5	200 306	
1951	28 731	28 104	83,5	33 664	9 183	3,1	293 057	
1952	40 561	41 518	88,3	47 018	17 026	6,1	277 535	

A emigração portuguesa e italiana para o Brasil – uma análise comparativa (1876-1974)

(Continuação do Quadro n.º 1)

Anos	Emigração portuguesa				Emigração italiana		
	Para o Brasil				Para o Brasil		Total
	Fontes brasileiras	Fontes portuguesas		Total	Valores absolutos	% da emigração total	
		Valores absolutos	% da emigração do total				
1953	30 675	32 159	81,0	39 686	14 328	6,4	224 671
1954	30 062	29 943	73,0	41 011	12 949	5,2	250 925
1955	21 264	18 486	62,0	29 796	8 523	2,9	296 826
1956	16 803	16 814	62,2	27 017	6 022	1,7	344 802
1957	19 471	19 931	56,4	35 356	6 157	1,8	341 733
1958	21 928	19 829	58,3	34 030	4 528	1,8	255 459
1959	17 345	16 400	49,0	33 485	3 874	1,4	268 490
1960	13 105	12 451	38,5	32 318	2 976	0,8	383 908
1961	15 819	16 073	47,9	33 526	2 223	0,6	387 123
1962	13 713	13 555	40,4	33 539	1 205	0,3	365 611
1963	11 585	11 281	28,5	39 519	528	0,2	277 611
1964	4 249	4 929	8,9	55 646	233	0,1	258 482
1965	3 262	3 051	3,4	89 056	295	0,1	282 643
1966	2 708	2 607	2,2	120 239	384	0,1	296 494
1967	3 838	3 271	3,5	92 502	554	0,2	229 264
1968	3 917	3 512	4,4	80 452	419	0,2	215 713
1969	1 933	2 537	3,6	70 165	749	0,4	182 199
1970	1 773	1 669	2,5	66 360	573	0,4	151 854
1971	807	1 200	2,4	50 400	557	0,3	167 721
1972	457	1 158	2,1	54 084	602	0,4	141 852
1973	581	890	1,1	79 517	765	0,6	123 802
1974	426	729	1,7	43 397	1 070	1,0	112 020
Total	1 648 587	1 588 346	51,9%	3 055 654	1 453 776	5,7%	25 509 540

Nota: Foram considerados os emigrantes de Portugal Continental e Ilhas. Para os anos de 1880 a 1890, as estatísticas apresentam os números dos emigrantes com destino à América. A discriminação por países só passa a ser feita a partir de 1900, embora excepcionalmente isso já tenha sido realizado em 1891. Assim, tendo em conta que, em 1891, a média dos emigrantes com destino ao Brasil, relativamente aos que partiam para o continente americano, foi de 88%, os valores globais registados nas estatísticas, para esses anos, foram ajustados com uma redução de 12%.

As estatísticas relativas à emigração italiana foram cedidas ao CEPESE por Corrado Bonifazi, director para a Investigação do *Consiglio Nazionale delle Ricerche* e coordenador do Grupo de Investigação *Tendências demográficas, estudos migratórios e mobilidade espacial*, do CNR, no âmbito do Projecto de Investigação *Imigração Portuguesa e Italiana para o Brasil nos séculos XIX e XX. Aspectos Demográficos e Sociais*, que se encontra a ser desenvolvido pelo CEPESE e pelo referido Instituto.

